

## RESENHA

### Tradição crítica e crítica da tradição: as fortunas da *ars historica*

*Rodrigo Turin*

GRAFTON, Anthony. *What was History? The Art of History in Early Modern Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

O que era a História antes do historicismo? Quais eram as técnicas e os procedimentos que os eruditos dos séculos XVI, XVII e XVIII desenvolveram e formalizaram para a reconstrução do passado? Mais importante: que tipo de relação com o passado estava por trás do uso que esses eruditos faziam de tais técnicas de investigação, e, em sentido inverso, em que medida essas técnicas tiveram efeitos no modo como esse passado era experimentado? Essas são algumas perguntas que orientam o estudo que Anthony Grafton (professor de Princeton e atual editor-executivo do *Journal of the History of Ideas*) dedica às *Ars Historica*, gêne-

ro que, nascido na Antiguidade, assumiu um formato bem definido em meados do século XVI graças a autores como Francesco Patrizi, Jean Baudouin, Jean Bodin e Johannes Wolf – cuja publicação de uma influente antologia, intitulada *Artis historicae penus* (1579), daria ao gênero sua forma canônica. A reconstrução dessa tradição “eclipsada”, mas não sem efeitos para a crítica histórica moderna, tem o duplo mérito de contribuir para a historicização da escrita da história – escapando, portanto, de sua naturalização e dos esquecimentos provocados por uma “memória disciplinar” –, assim como para a produção de uma história intelectual que não se reduza a falsas oposições como “leitura externa” e “leitura interna”, destacando os diferentes *contextos* nos quais as obras se inserem.

Essas contribuições que se destacam em *What was History?* (evoção do célebre título de E.H. Carr, 1962) inscrevem-se como parte de um trabalho historiográfico que Anthony Grafton vem desenvolvendo desde sua tese de doutorado sobre Joseph Scaliger (publicada em 1983), passando por estudos sobre Annius de Viterbo, Angelo Poliziano, Isaac Casaubon, Justus Lipsius, Jacob Bernays, Girolamo Cardano, F.A. Wolff, entre tantos outros eruditos que constituíram uma tradição de exegese textual e de crítica histórica anterior à formação de uma “cultura histórica” oitocentista.<sup>1</sup> Estes estudos, tanto em sua temática quanto em seu formato, não deixam de evocar a monumental herança dos *Contributi* de Arnaldo Momigliano – com quem Grafton estabeleceu contato desde a redação de sua tese sobre Scaliger. Assim como Momigliano, Grafton se dedica a mapear os percursos (e as invenções) da tradição historiográfica ocidental a partir de estudos de casos isolados, sem perder de vista, contudo, a inserção desses eruditos num espaço de comunicação comum, no qual escrevem *com* ou *contra* (mas sempre em relação a) os outros. É como *parte* desses

*contextos* que as práticas eruditas e as tópicos retóricas ganham sentido, desvelando todas as expectativas, embates e silenciamentos que envolvem a prática intelectual (no sentido do termo inglês *scholarship*). Com isso, mais do que resgatar obscuros estudiosos da Idade Moderna europeia, o que Grafton oferece ao seu leitor é a reconstrução vívida de experiências e práticas intelectuais vinculadas à representação do passado que nos parecem familiares e ao mesmo tempo tão estranhas.

Essa sensação de familiaridade e de estranhamento é construída logo no primeiro capítulo de *What was History?* – cuja versão inicial foi apresentada em um seminário organizado por Nancy Siraisi e Gianna Pomata.<sup>2</sup> Ao seguir a trajetória de Quintus Curtius, historiador romano, pelas páginas de diferentes eruditos europeus, Grafton destaca certas semelhanças no modo como a crítica textual era operada tanto no século XVIII como no século XVI. A ferocidade crítica de Jean Le Clerc (1642-1731), que colocava os textos da tradição clássica sob o julgamento severo da razão, o levava a acusar vários erros históricos em Curtius. Sua acusação recaía, principalmente, no fa-

to de que Curtius seria mais um retórico do que um historiador. A inserção de discursos em sua narrativa, por exemplo, iria contra os preceitos de uma crítica histórica cuja tarefa deveria estar no exame das fontes e no estabelecimento de fatos. A voz da modernidade, como diz Grafton, ressoa confiante nas páginas de Le Clerc. Ele estabelece uma clara cisão entre a retórica e a história, desvinculando esta dos preceitos retóricos que organizavam, na tradição clássica, a boa prosa do historiador. Contudo, esse ataque radical de Le Clerc trouxe um outro erudito à ação: Jacob Perizonius (1651-1715). Este professor de história antiga em Leiden viu na obra de Le Clerc mais uma manifestação de um excessivo criticismo que estava aflorando na Europa. Segundo ele, acusar Curtius de usar discursos em sua prosa quando qualquer outro historiador em sua época faria o mesmo significava cobrar de um escritor antigo os padrões modernos – o que não fazia sentido nenhum. Cada nação e cada período, acrescentava Perizonius, tinha seu próprio modo de pensamento e de escrita. Ora, o que Perizonius estava fazendo nada mais era que uma

defesa moderna dos antigos! Assim como Le Clerc, seu argumento caracterizava-se por uma forma de crítica histórica que se situava fora dos padrões da velha tradição retórica. Enquanto Le Clerc encontrou na fria razão cartesiana seu modelo para julgar os textos literários, Perizonius teria encontrado no “historicismo”, na leitura contextual cujo maior representante à época era Spinoza, um modelo mais apropriado para lidar com os textos clássicos.

No entanto, se o leitor é levado a identificar nesses autores os traços que caracterizam a modernidade crítica – e que levariam, através de uma fusão particular, à formação da disciplina histórica –, Grafton o encaminha, em um segundo momento, para uma outra discussão, situada agora no século XVI. Ele identifica nas obras de Francesco Patrizi (*Della historia diece dialoghi*, 1560) e de Jean Bodin (*Methodus ad facilem historiarum cognitionem*, 1566) uma estrutura argumentativa similar à acionada por Le Clerc e Perizonius – o primeiro criticando a inserção de discursos na prosa dos historiadores, o segundo criticando julgamentos carregados de pré-juízos próprios a um lugar e a um tempo. É claro que nem Patrizi nem Bodin anteciparam todos os elementos das críticas de Le

Clerc e Perizonius. Contudo, como aponta Grafton, tanto Patrizi quanto Bodin forjaram os instrumentos básicos com que Le Clerc e Perizonius atuaram – incluindo aí as afirmações de orgulho em relação à legitimidade da forma moderna de leitura crítica. Haveria, portanto, uma tradição crítica mais antiga, produzida por eruditos nos séculos XV e XVI, que teria elaborado boa parte dos instrumentos de crítica textual que possibilitaram, ainda que de modo indireto, aos estudiosos do século XVIII consolidar a crítica ao passado como ruptura com a tradição. A questão que passa a orientar a análise de Grafton nos outros três capítulos do livro centra-se, justamente, em tentar identificar quais os traços de continuidade e os marcos de ruptura entre os princípios da *ars historica* de Patrizi e Bodin e aqueles que orientariam a *ars critica* de Le Clerc e a crítica filológica de Gatterer e Chladenius.

No segundo capítulo, Grafton procura delinear os principais elementos que caracterizavam a *ars historica* e as tradições que a possibilitaram. Para isso, ele escolhe como objeto privilegiado os escritos do jurista francês François Baudouin (1520-73). A filiação de

Baudouin com humanistas como Alciato e Budé o levava a encarar o *Corpus iuris* romano não como um conjunto de princípios universais que poderiam ser aplicados a qualquer situação contemporânea, mas como produto de uma situação histórica particular. Esta abordagem humanística das leis romanas estaria, portanto, na raiz desse esforço em codificar um conjunto de preceitos que orientariam a *leitura* de textos antigos (e a *ars historica* era, basicamente, voltada para a leitura e não para a escrita da história). Mas, como adverte Grafton, não seria conveniente restringir o trabalho de Baudouin e demais eruditos apenas a essa tradição jurídica. Além dessa tradição, ele nos mostra como os autores do século XVI também se alimentaram de uma erudição clássica, das pesquisas de antiquários como Poggio e Biondo, de uma longa tradição da história eclesiástica, assim como de um espaço social propício a este tipo de trabalho: as cortes renascentistas. Nesse espaço, a *ars historica* pôde ganhar seu *ethos* cosmopolita, interessando-se não apenas pelas escrituras sagradas e pela Antiguidade clássica, mas também por países distantes (espacial e culturalmente) como a Turquia, a China

e os povos recém-“descobertos” nas Américas. A vasta literatura de viagem, cujos manuais assemelhavam-se muito às *ars historica*, ofereceria um vasto manancial de fatos, os quais teriam um papel importante ao induzir os eruditos a pensar, graças à comparação, sobre novos sentidos para o passado. Uma nova experiência do espaço não deixaria de implicar uma expansão e uma reformulação do pensamento histórico.

Após resgatar essas diversas tradições que se faziam presentes na *ars historica*, Grafton volta-se para três estudos de caso (cujo título apropriado é “Method and madness in the *ars historica*). Seu objetivo é sair da generalidade do modelo para distinguir as especificidades que o constituíam. Francesco Patrizi (1529-97), Reiner Reineck (1541-95) e Jean Bodin (1530-96) apresentam cada um as peculiaridades tanto de seus diferentes locais de produção, assim como diferentes modos de investir na reconstrução do passado. No caso de Patrizi, a crítica filológica iconoclasta dirigia-se ao Egito, e a Hermes em particular, misturando história e profecia. Para Reineck o propósito da história centrava-se na produção de genea-

logias de príncipes e nobres, cuja reconstrução se dava por meio da coleção e do estudo crítico de moedas – o que lhe possibilitava, ainda, um esforço de “ler” as mentes através de uma análise das faces representadas. Já Bodin procurou, pela elaboração e aplicação de instrumentos críticos de leitura (retirados, em grande parte, do falsário Annius de Viterbo!), uma reavaliação e uma reconfiguração do próprio tempo, criticando a teoria bíblica dos quatro impérios e o mito da Idade de Ouro. Ainda que esses três autores revelassem continuidades que os inseriam num modelo internacional de escrita – todos se ocuparam com Annius de Viterbo; todos pensaram sobre os significados da pesquisa antiquária para o estudo da história; todos admiravam o mesmo cânone de historiadores; todos tinham uma considerável circulação na Europa – cada um encontrou espaço suficiente na tradição para empregar sua própria linguagem, dirigindo-se a leitores definidos e tratando de problemas locais. Um dos aspectos mais notáveis da história intelectual de Grafton é, justamente, essa sua preocupação em não limitar sua análise a quadros hermeticamente fechados, mostrando como a produção desses eruditos era muito mais rica e varia-

da do que as classificações apressadas levariam a concluir.

Qual foi o destino das *ars historicae*? Qual a relação que os eruditos do século XVIII estabeleceram com essa tradição crítica? Grafton aponta como esses eruditos praticamente não reconhecem nas *ars historicae* um modelo pertinente às suas preocupações. Se as *ars historicae* desenvolveram, de fato, a maior parte dos instrumentos de crítica textual que caracterizariam a crítica histórica moderna, haveria, por outro lado, uma forte razão para não se reconhecerem naquela tradição. Essa posição de distanciamento, e mesmo de estranhamento, viria de uma mudança na forma como esses indivíduos do século XVIII se relacionavam com o passado. Essa mudança, que marcaria o apagamento de uma tradição, se daria tanto por motivos externos quanto internos à prática erudita. Além dos aspectos externos, como a crescente importância de uma história política para os estados europeus, quero destacar aqui, para finalizar, a instigante sugestão de Grafton de como a morte de uma tradição pode ser compreendida a partir de seus próprios efeitos (conciliados, obviamente, com outros fatores).

Para além das diferenças entre os praticantes da *ars historica*, todos concordavam que a tarefa de um “leitor” treinado deveria ser, por um lado, estabelecer uma “ordem” em sua biblioteca, identificando as falsificações e devolvendo cada autor a seu tempo e lugar; por outro lado, após realizada essa tarefa crítica, deveria estabelecer quais autores ainda poderiam oferecer conselhos práticos à ação. A formalização da *ars historica* convergia, portanto, com a operacionalidade do velho *topos* da *historia magistra*. O esforço crítico era canalizado justamente para uma relação de continuidade com o passado, pautada na tradição. No entanto, como aponta Grafton, uma vez esse exercício crítico realizado coletivamente, ficava cada vez mais difícil para esses eruditos conciliarem uma crítica filológica que situava os textos em seus próprios contextos com a atitude retórica de torná-los relevantes para sua contemporaneidade. Retórica e crítica histórica estariam, daí em diante, profundamente separadas. Nesse sentido, compreende-se a relação de distanciamento estabelecida pela crítica filológica de Gatterer e Chladenius frente à tradição

da *ars historica* – que eles respeitavam, mas não se identificavam. Como diz Grafton: “For Chladenius, the point of reading history, as established by the scholarly tradition, was simply to encounter each historian in his absolute isolation and singularity: the lessons of history were no longer moral and political but purely intellectual” (254).

## Notas

<sup>1</sup> Artigos reunidos em *Defenders of the text. The traditions of scholarship in an age of science, 1450-1800*. Cambridge, Harvard University Press, 1991; *Bring out your dead. The past as revelation*. Cambridge, Harvard University Press, 2001; além dos estudos monográficos *Forgers and critics. Creativity and duplicity in Western Scholarship*. New Jersey, Princeton University Press, 1990; e *The Footnote: a curious history*. Cambridge, Harvard University Press, 1999 (este último traduzido pela editora Papyrus).

<sup>2</sup> SIRAISSI, Nancy G; POMATA, Gianna. *Historia. Empiricism and erudition in early modern europe*. Cambridge: MIT Press, 2005.